



*Adriano Sant'Ana Pedra*

Doutor em Direito Constitucional – PUC/SP  
Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais – FDV  
Mestre em Física Quântica – UFES  
Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de  
Direitos – Università degli Studi di Pisa  
Especialista em Economia e Direito do Consumo – Universidad de  
Castilla-La Mancha  
Professor da Faculdade de Direito de Vitória – FDV (graduação,  
mestrado e doutorado)  
Professor da Escola da Magistratura do Espírito Santo – EMES  
Procurador Federal

# Mutação Constitucional

Interpretação evolutiva da Constituição na  
democracia constitucional

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2013

# SUMÁRIO

Prefácio .....	xiii
Apresentação .....	xv
Prólogo .....	xix
À Guisa de Introdução .....	xxi
<b>1. Concretização Constitucional .....</b>	<b>1</b>
1.1 Texto e Contexto .....	1
1.1.1 A linguagem jurídica e as suas peculiaridades .....	3
1.1.2 A superação da crença na neutralidade do intérprete .....	9
1.1.3 A interpretação dentro do contexto .....	19
1.2 Texto Normativo e Norma .....	26
1.3 Abertura da Constituição .....	34
1.3.1 Constituição aberta .....	34
1.3.2 Sistema normativo aberto de princípios e regras .....	40
1.4 Concretização Normativa .....	47
1.5 Concretização e Mutação Constitucional .....	67
<b>2. Mutação Constitucional .....</b>	<b>75</b>
2.1 Transformações Constitucionais .....	75
2.2 A Escola Alemã de Direito Público e a Origem da Teoria da Mutação Constitucional .....	79
2.2.1 Paul Laband .....	80
2.2.2 Georg Jellinek .....	81
2.2.3 Hermann Heller .....	86
2.2.4 Rudolf Smend .....	89
2.2.5 Hsü Dau-Lin .....	93
2.3 O Fenômeno da Mutação Constitucional .....	99
2.3.1 A superação da ideia de mutação constitucional como um problema .....	99
2.3.2 A mutação constitucional como um meio legítimo de mudança informal da Constituição .....	101
2.3.3 Alteração no âmbito normativo e mutação constitucional .....	106
2.4 Meios de Realização da Mutação Constitucional .....	111
2.4.1 Interpretação constitucional oficial e interpretação constitucional não-oficial .....	113
2.4.2 Mutação constitucional por meio da interpretação legislativa .....	117
2.4.3 Mutação constitucional por meio da interpretação administrativa .....	122

2.4.4	Mutação constitucional por meio da interpretação judicial .....	127
2.4.5	Mutação constitucional por meio das práticas constitucionais .....	132
<b>3.</b>	<b>Parâmetros Normativos Estruturantes</b>	
	<b>das Mutações Constitucionais .....</b>	<b>149</b>
3.1	A Supremacia Normativa da Constituição .....	150
3.2	Parâmetros Relacionados com o Programa Normativo .....	155
3.2.1	Elasticidade do texto .....	155
3.2.2	Decisões vinculantes do Tribunal Constitucional .....	164
3.2.3	Vedação de abolição de cláusulas pétreas .....	171
3.2.4	Progressividade e vedação de retrocesso para direitos e garantias fundamentais .....	178
3.3	Parâmetros Relacionados com o Âmbito Normativo .....	196
3.3.1	Restrições transcendentais .....	196
3.3.2	Integração com o consenso internacional .....	200
3.3.3	Aceitação legítima da sociedade .....	205
3.4	Parâmetros Relacionados com a Norma de Decisão .....	216
3.4.1	Racionalidade das decisões .....	216
3.4.2	Interpretação por órgão competente: entre a tensão e o diálogo .....	220
3.4.3	Efeitos prospectivos da nova interpretação .....	232
3.5	Mutação Inconstitucional .....	235
	<b>Considerações Finais .....</b>	<b>243</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>247</b>